

Costin critica elevação

BRASÍLIA – A ministra da Administração, Cláudia Costin, defendeu ontem a reforma da Previdência Social, “para criar um sistema mais justo”, mas disse desconhecer qualquer intenção do governo de aumentar a contribuição previdenciária dos servidores públicos federais. A ministra limitou-se a dizer que tem “lido apenas nos jornais” a informação de que a contribuição dos servidores pode subir dos atuais 11% para 15% ou até 20%, como uma das medidas do pacote fiscal que vem sendo preparado pela equipe econômica. A ministra afirmou que “penalizar a política remuneratória traz riscos”.

Cláudia Costin também lembrou que o atual sistema de contribuições provoca distorções. Segundo ela, os aposentados do Judiciário recebem, em média, 33 salários mínimos; os do Legislativo, 32; e os do Executivo, 13,4. “Na iniciativa privada, a

aposentadoria média é de apenas 1,8 salário mínimo”, disse a ministra, durante palestra a funcionários do Banco Central.

O resultado fiscal desse sistema é que o déficit anual deixado pelos funcionários da União chega a R\$ 17 bilhões, segundo a ministra. “Não é justo que a sociedade arque com essa previdência”, disse. O déficit anual da Previdência Social (dos trabalhadores da iniciativa privada) é de R\$ 7 bilhões.

A regulamentação da reforma administrativa, que já foi enviada pela ministra ao presidente Fernando Henrique Cardoso, inclui diversas novidades em relação a avaliação de desempenho, acesso de estrangeiros a cargos públicos, requisitos para acesso a informações privilegiadas, greve no serviço público e a participação do usuário dos serviços na administração direta e indireta.